

'Direitos humanos são novo nome da liberdade'

Abaixo, o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na solenidade de lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos.

Como já foi dito, a escolha do 13 de maio para o lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos tem um significado todo particular, porque se dá na época da celebração da chamada Lei Áurea.

Na verdade, como aqueles que estudaram a escravidão sabem, a Abolição não foi produto de uma lei. Foi um processo e um longo processo de lutas, de convencimento, de rebeliões, de transformação de mentalidades e de modificação das estruturas sociais sobre as quais mentalidades estavam repousando.

Nós, aqui, hoje, de alguma maneira, ao escolhermos o dia 13 de Maio, queremos também significar que esse Programa Nacional dos Direitos Humanos é um processo. Não são os decretos, não é simplesmente esse programa, cuja importância é enorme, mas é muito mais do que isso. Nós temos de, na prática, assegurar, no cotidiano, a milhões de brasileiros, de todas as cores, dos vários gêneros de sexos, das várias faixas etárias, das várias minorias, nós temos de assegurar, progressivamente, que o que está na Constituição e o que está nas leis seja cumprido.

E a Constituição de 88, com a qual eu colaborei diretamente, com muitos de nós aqui presentes, estabeleceu uma extensa lista de direitos e garantias individuais. Eu me recorro — e quantos de nós nos recordamos, na época da Constituinte — de discussões imensas sobre se caberia ou não recolher no texto constitucional uma série de anseios da sociedade. Algum historiador que tenha a paciência de se debruçar sobre os documentos registrados na Constituinte — e tudo está registrado —, sobretudo sobre os inúmeros pedidos feitos pela população; pois nós abrimos, demos vistas à sociedade brasileira para que ela participasse do processo constituinte, que é um fato inovador — e eu me orgulho disso porque fui o relator, juntamente com o ministro Jobim, nós fomos os retratos do regimento interno que abriu essa possibilidade a que houvesse um debate amplo, que não se restringisse ao Parlamento. Fomos objeto de muita crítica, na ocasião, por este fato. Pois bem, quem se debruça sobre os documentos recolhidos ali verificará que havia todo um mapa, todo um desenho de anseios, muitos dos quais utópicos, muitos dos quais desproporcionados, muitos dos quais descabidos, mas, na verdade, que havia um forte movimento da sociedade, um movimento cívico e que, no fundo, se traduzia por uma só palavra, que era a concretização da cidadania. As pessoas queriam participar. E nós conseguimos colocar na Constituição uma boa lista de direitos e garantias indivi-

duais.

Entretanto, do enunciado constitucional à prática, à transformação ou algo concreto, sobretudo para as parcelas da população menos favorecidas, vai uma distância grande. E essa ampliação de exercício de direitos políticos é que pressupõe uma luta contínua e que pressupõe que esses direitos civis, econômicos, sociais e culturais sejam realmente entendidos como o que eles são, não apenas como um decreto, como uma lei, como um enunciado constitucional, mas como uma instituição que ganha vida, e ganha vida porque a sociedade a sustenta.

Acredito que o que nós estamos fazendo, hoje, aqui, faz parte desse processo. Uma Constituição é algo que tem efeitos que se desdobram no tempo. Qualquer daqueles que tenham estudado aspectos constitucionais, que tenham lido o que aconteceu com a Constituição, depois das reuniões de Filadélfia — e há tantos estudos sobre isso — vai verificar que o impacto de um teto legal, muitas vezes, não é medido pela sua simples leitura ou pela comemoração da sua aprovação. Ele se desdobra no tempo. Mas ocorre.

Este programa, que certamente, as pessoas mais endurecidas do seu coração, que não percebem a importância desses fatos, dirão logo: "Bom, mas e daí?" O que acontece?" Acontecerá. Pode não acontecer amanhã, pode não acontecer num caso isolado. Mas no conjunto das ações e na ampliação da consciência cívica, e da responsabilidade moral de cada um, progressivamente nós vamos avançando, no sentido de transformar em prática aqui que, num primeiro instante, é apenas letra de Lei.

E isso é um conjunto, como ocorreu com a Constituição. Nós hoje vivemos um momento novo. O ministro Maurício Correa, que já com justa razão foi mencionado pelo ministro Jobim — e ao mencioná-lo, evidentemente, mencionamos, ao mesmo tempo, o presidente Itamar, em cujo governo tanto ele quanto eu colaboramos — foi quem chefiou a nossa delegação à Conferência Mundial dos Direitos Humanos de 93.

E lá — já se disse aqui — foi reafirmada a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos. Pois bem, eles são indivisíveis, também, do desenvolvimento. Nós já conseguimos, no Brasil, dar largos passos na construção da democracia. Aqui, muitos de nós, somos testemunhos diretos, há muito pouco tempo atrás, do que era a ausência da democracia. A democracia é um pouco como o oxigênio: ninguém se preocupa muito quando ele existe. É só começar a fechar, a diminuir a dose do oxigênio, que nós todos ficamos sufocados. Assim é com a democracia. Hoje parece um fato banal termos liberdade. Mas, os que foram já privados de liberdade, sabem que isso não é um fato banal.

E nós consolidamos, no Brasil,

essa consciência da democracia, não apenas no âmbito institucional — que é muito importante — do funcionamento dos poderes, harmonia entre os poderes, o respeito à Constituição, mas também no sentido mais amplo, da sociedade que demanda mais, que se organiza para demandar, e que conta, como se fosse garantido para sempre — tomara que o seja — com o oxigênio da liberdade.

Pois bem, nós, agora, temos de avançar mais na consolidação de uma economia capaz de gerar riqueza e de distribuí-la. Essa indivisibilidade também existe. Os que não percebem isso, os que apenas olham um dos lados, seja o lado econômico, seja o lado social e humano, se equivocam. É preciso olhar para os dois lados e ver, na interação entre eles, se há espaço para progredirmos ou não, na direção dos valores, que nós cremos são fundamentais.

E, para isso, nós temos que promover, crescentemente, maior integração social: democracia, desenvolvimento econômico e integração da sociedade. É muito importante, nesse sentido. Quando essa democracia deixa de ser apenas um mandato constitucional, quando há condições materiais, propiciadas pela economia, para que nós possamos avançar concretamente, em benefício das classes menos favorecidas. É muito importante que, a partir dessa possibilidade, se olhar para as minorias. Minorias étnicas, minorias religiosas, e para todos aqueles pontos, que são fundamentais, no que diz respeito a uma integração social, dentro da democracia.

E está claro que, nesse contexto, o valor fundamental é o direito à vida e o repúdio à violência. Custa crer que um presidente da República, num país democrático, tenha que repetir isso. E custa a admitir que, apesar disso, exista violência. E que, em certos momentos, nós todos ainda sejamos paralisados pela impossibilidade de contê-la. Não por falta de vontade, o que seria uma análise subjetivista — tão simplista, mas por falta, ainda, exatamente de nós generalizarmos isso que é consciência de alguns na sociedade, como disse o ministro Jobim.

E esse direito à vida, à segurança, à integridade individual, tem que ser objetivo primordial do governo federal, do governo estadual, do governo municipal, do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, da política, dos cidadãos. Nesse intrincado tecido da sociedade e das formas políticas da sociedade, muitas vezes é difícil, sobretudo para os que não estão por dentro do mecanismo legal, atribuir responsabilidades. E talvez de pouco valha. Há que cobrá-las. Talvez seja importante sentirmos, nós todos, que a responsabilidade é nossa. E é difícil ver que, muitas vezes, há limitações legais para a ação, para a atuação. A violência se dá num nível e, noutro nível, se deseja frear com ela e não se consegue.

Aqui, hoje, acabei de assinar um ato para reparar um caso de

violência, de tortura e morte, dentro de uma repartição federal, que foi o único caso do meu governo. Nós mandamos punir o responsável, punimos. Foi reintegrado, porque existe uma legislação, existem outros órgãos que tomam decisão — e a democracia implica nisso tudo. Mas nós não podemos deixar de reconhecer, de plano, que o governo federal não se conforma. E, ao reconhecer que houve uma violência, de alguma maneira está gritando para a sociedade que é preciso buscar modo de terminar com ela.

Pois bem, para essa tarefa conjunta é que foi preparado esse Programa Nacional de Direitos Humanos, dando, portanto, seqüência ao espírito da Conferência de Viena. Agora dirão: "Mas houve Carajás, Corumbiara, Carandirú, execuções sumárias, de adultos e crianças, violência sexual, trabalho infantil, prostituição infantil. Enfim, é verdade. E o que dói, o que clama hoje, não é o fato só de existir isso. É a impunidade. E a punibilidade na sociedade democrática não pode dispensar a lei, não pode dispensar o judiciário, não pode dispensar certas formalidades que muitas vezes, na indignação, as pessoas querem saltar sobre elas. Mas nós, que já fomos vítimas de violência, sabemos que o recurso ao estado de direito é fundamental.

E que, portanto, nós temos sim que criar condições para que haja punibilidade, mas essa punibilidade tem que passar por esse conjunto que assegura o estado de direito, por lento que seja, por indignante, muitas vezes, que seja o processo. E isso não exige a responsabilidade de nós acelerarmos os mecanismos e de nós apriormos o mecanismo legislativo para que efetivamente possa haver a punibilidade.

Eu acredito que, no momento em que o Brasil vive, de demandas generalizadas, momento positivo nesse sentido, se requer também um espírito forte de solidariedade. Solidariedade não significa generosidade no sentido individual, é muito mais do que isso. Significa que efetivamente as partes todas da sociedade se percebem como constituir um todo e sabem que quando um pedaço desse todo desanda, vai colocar dificuldades mais adiante e transformará, muitas vezes, o objetivo que se tem hoje numa possibilidade pela incapacidade de que nós possamos vir a ter, de obter um conjunto que funcione na mesma direção, visando preservar os mesmos valores, assegurar portanto efetiva proteção aos direitos do cidadão.

Eu, no dia 7 de setembro do ano passado, lancei um chamado à sociedade e uma mobilização pelos direitos humanos. Não vou reproduzir aqui item por item do que o Governo fez, porque isso aqui não se trata de fazer propaganda do que se fez. Nessa matéria não é governo: nessa matéria, somos nós todos. Temos, dentro de nossas possibilidades, levantado os temas do trabalho

escravo, as bolsas de desenvolvimento para acabar com o trabalho infantil, abrigando os movimentos de meninos de rua aqui dentro do Palácio do Planalto, simbolicamente, indo a Zumbi para mostrar lá, em Palmares, para mostrar que existe um problema do negro no Brasil, luta para acabar com a exploração sexual, enfim, o prêmio de direitos humanos. O governo faz o que pode no sentido de ampliar o grau de consciência na sociedade.

E aqui hoje, de alguma maneira, damos continuidade àquele 7 de setembro, onde se lançava um apelo pelos direitos humanos.

E eu quero agradecer muito em particular ao dr. José Gregori, ao dr. Paulo Sérgio Pinheiro e ao ministro Nelson Jobim. Eu conheço de perto o trabalho deles, de muitos anos. Paulo Sérgio é um Quixote, um Quixote que, entretanto, não perde o sentido da realidade, que é capaz, sem que haja uma visão, digamos, que vá além do possível, não se muda a realidade. Paulo Sérgio encarna essa figura e tem sido um crítico permanente, e vai continuar a ser, de todas as injustiças, mas é também uma pessoa que constrói e percebeu — como percebeu o José Gregori, cuja ação em matéria de direitos humanos é por todos louvada com todo mérito no Brasil — desde os tempos da Comissão de Justiça e Paz, com d. Paulo Evaristo Arns e até agora, essa luta para reconhecer a responsabilidade do Estado por violências praticadas. São pessoas que sabem que essa luta é uma luta que, muitas vezes, não encontra compreensão imediata, mas que ela é fundamental para assegurar a cidadania. E sabem que a defesa dos direitos humanos tem de ser uma luta de todos nós.

Acho que o ministro Jobim entendeu isso melhor do que seria imaginável nas circunstâncias nossas e deu toda força, como o presidente da República e o governo no seu conjunto está dando, para que esse processo siga adiante.

O Congresso Nacional não tem faltado. Hoje nós estamos apenas enviando alguns pedidos adicionais. Um deles tem muito significado, é uma emenda à Constituição, como já foi aqui referido, que resolve uma questão crucial, é que permite que violação de direitos humanos passe para a esfera federal. Até agora isso não é possível.

Com esse ato aprovado pelo Congresso, nem o governo federal terá mais desculpas para não atuar, nem o governo Federal ficará pressionado pelo (...) e ele não pode atuar porque não tem instrumento legal. E a sociedade respaldando esta ação encontrará um mecanismo legal para que a punibilidade possa ocorrer de uma maneira mais responsável, mais rápida, dando um sentido de responsabilidade a todos nós.

É uma matéria constitucional muito importante. Eu tenho certeza que os parlamentares aqui presentes saberão, junto com

seus colegas, levar adiante. Eu sei também que é preciso que haja uma ação conjunta do Ministério Público, do Judiciário, as polícias e não adianta acusação recíproca nesta matéria. O que adianta é o aperfeiçoamento contínuo nesta matéria. Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, para que nós possamos avançar. Para que nós possamos realmente transformar em realidade algo que eu disse no dia 7 de setembro do ano passado, de que os direitos humanos são o novo nome da liberdade e da democracia.

Se os direitos humanos são o novo nome da liberdade e da democracia, se nós queremos, um Brasil realmente mais justo, um Brasil que integre uma democracia verdadeira, um Brasil que diga não à explosão social, nós precisamos realmente fazer com que essa consciência se amplie e fazer com que as práticas se sigam as nossas palavras. Isto é fundamental.

Acho que nós, hoje, estamos em condições de começar a pensar num Brasil em que realmente não seja mais preciso de palavras, porque as instituições cuidarão de corrigir os abusos e as desigualdades regionais, as diferenças que ainda existem, sobretudo no que diz respeito à exploração das minorias já aqui mencionadas. E se por outra convicção não fosse, a convicção que eu tenho de que na nossa geração será possível avançar bastante nessa matéria, pelo menos temos que pensar nas gerações futuras. Pelo menos, temos de pensar que como o Plano Real, com a elevação da possibilidade de efetiva da condição de vida da população. E os jornais, de ontem disseram, abundantemente, as consequências do Plano Real para os mais pobres. Se os obnubilados por interesses políticos negam isso. Mas a maioria sabe que não é assim.

Com essas condições novas, de um Brasil que vai ter mais investimento, de um Brasil que tem estado de direito, de um Brasil que está mais participativo, que reivindica mais, que cobra mais, aí eu não tenho nenhuma dúvida de que as gerações futuras, a geração que está nascendo agora, as crianças de hoje (...) de viver num mundo onde, realmente, eu possa dizer, com tranquilidade, que os direitos humanos são um novo nome da liberdade e da democracia e que essa liberdade e essa democracia não estarão fundamentadas apenas em programas ou na Constituição, mas estarão fundamentadas em práticas que a sociedade se impõe como necessárias para a redução dramática da miséria, para que ela acabe, para que haja mais igualdade, que a exploração possa, efetivamente, ter um paradeiro e para que nós possamos ter as nossas disputas, não em torno mais desses temas, que serão temas compartilhados por todos, mas em termos de opções mais complexas, que já signifiquem a incorporação no cotidiano desse sentimento muito vivo entre nós de que sem direitos humanos não há democracia.